

## **01. EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E NOVOS DISCURSOS DE IDENTIDADE NACIONAL NO BRASIL: UMA REFLEXÃO A PARTIR DA LEI 10.639/2003**

Aristeu Portela Júnior<sup>1</sup>

### **Introdução**

As políticas de promoção da igualdade racial, colocadas em prática nas últimas décadas no Brasil, têm dado margem a uma intensa discussão acerca da natureza das relações raciais na sociedade brasileira. E mais ainda: como as narrativas do Brasil enquanto nação historicamente se vinculam a interpretações variadas acerca das relações raciais, é possível dizer que tais políticas têm questionado elementos que compõem nossa própria identidade nacional.

Noções como mestiçagem, raça, harmonia, etnia, branqueamento, democracia racial, entre outras, constituem atualmente o ponto focal de uma disputa de significados em torno da delimitação do sentido legítimo de “nação” no Brasil. Nesse debate articulam-se discursos oriundos de diversos atores e grupos sociais, como políticos profissionais, intelectuais acadêmicos, representantes de movimentos sociais, setores da mídia, entre outros – discursos que ora reforçam, ora estabelecem novos significados em torno do processo de constituição do Brasil enquanto nação.

Essa questão não é certamente inédita – a problemática da identidade nacional é um elemento significativo e constante nas nossas discussões intelectuais (ORTIZ, 2006, p. 13), estando presente desde pelo menos o processo de independência política (MACIEL, 2007). Tampouco o é sua relação com a problemática étnico-racial: seja em fins do século XIX – quando as teorias e práticas de “branqueamento” mobilizavam o projeto de nação concebido por nossas elites (MUNANGA, 1999, p. 77-78) – ou neste início do século XXI – em que “novas etnicidades negras” paulatinamente colocam em xeque as noções consolidadas acerca

---

<sup>1</sup> Doutorando e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Bolsista do CNPq. Professor do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: [aristeu.portela@gmail.com](mailto:aristeu.portela@gmail.com)

da nacionalidade (COSTA, 2006, p. 134-141) –, a “raça” constitui um elemento chave para a compreensão das narrativas de nação construídas em torno do país, bem como das estratégias discursivas que buscam problematizá-las.

No entanto, o atual “sentimento de desestruturação da identidade nacional na sociedade brasileira” (SOARES, 2011, p. 100-101) possui suas especificidades, que assentam no próprio caráter das políticas de promoção da igualdade racial. Afinal, elas representam soluções de compromisso adotadas por setores do Estado brasileiro em conjunto com os movimentos sociais negros – o que nos coloca diante da novidade histórica de um discurso de identidade nacional articulado nas bases da sociedade que conseguiu galgar patamares institucionais inéditos, a ponto de se tornar uma diretriz importante em diversas políticas públicas atuais.

O objetivo do presente trabalho é justamente investigar as características desse discurso de identidade nacional presente em uma das primeiras políticas de igualdade racial fruto da mais recente articulação entre o Estado brasileiro e movimentos negros: a Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos estabelecimentos educacionais. Mais especificamente, a partir das “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”<sup>2</sup> buscamos analisar as contraposições dessa perspectiva a noções caras aos discursos mais consolidados acerca da identidade nacional no Brasil. Advertimos que se trata de um trabalho em seus estágios iniciais, ainda sujeito a aperfeiçoamentos e revisões.

## **1. Educação das relações étnico-raciais**

Os significados da Lei 10.639/2003 para a discussão da identidade nacional no Brasil não podem ser compreendidos de modo desvinculado das articulações mais amplas entre o movimento negro e o Estado. Ela é, nesse sentido, uma expressão de um momento histórico em que as demandas do movimento conseguem adentrar esferas específicas do Estado

---

<sup>2</sup> Doravante chamadas, abreviadamente, de “DCN” ou “Diretrizes”.

brasileiro, desde pelo menos o processo de redemocratização e progressivamente a partir de então<sup>3</sup>.

Apesar de a institucionalização de algumas demandas do movimento já estarem visíveis na Constituição de 1988, foi somente em 2001 que o Brasil assumiu o compromisso efetivo de implementar políticas de Estado de combate ao racismo e de redução das desigualdades raciais (cf. JACCOUD, 2009, p. 34). Trata-se de um ano-chave em virtude das mobilizações relacionadas à realização, em Durban, na África do Sul, da III Conferência Mundial contra Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. Uma vasta mobilização nacional consolidou-se, contando com iniciativas tanto do Estado quanto de organizações do movimento negro, que fomentaram o debate nacional em torno das questões relacionadas ao racismo e às desigualdades raciais.

[Foi] a partir dos trabalhos preparatórios para a conferência mundial de Durban que as ações afirmativas começaram a ser pensadas seriamente como instrumento para a redução da desigualdade racial no Brasil. Esta nova linha de intervenção assentou-se sobre a constatação de que, em que pese o progresso observado na legislação antirracista que havia se desenvolvido durante a década de 1980 e 1990, e os avanços registrados na melhoria das condições sociais da população negra a partir da ampliação do acesso das políticas sociais, os altos índices de desigualdade racial continuaram praticamente inalterados, exigindo ações específicas (JACCOUD, 2009, p. 36).

Dessa forma, a

conferência de Durban constituiu efetivo marco para o tratamento das questões raciais no Brasil. Pela primeira vez, o governo brasileiro assumiu, na cena pública nacional e internacional, a existência de um problema racial no país e comprometeu-se com seu enfrentamento (JACCOUD, 2009, p. 36).

Como resultado, e em virtude da contínua e sistemática pressão do movimento negro, várias medidas começaram a ser implementadas pelo governo federal. Ainda em 2001, foi criado o Conselho Nacional de Combate à Discriminação Racial (CNCDR), ligado à Secretaria de Estado de Direitos Humanos, tendo como objetivo incentivar a criação de políticas públicas afirmativas e proteger os direitos de indivíduos e de grupos sociais, raciais e étnicos sujeitos à discriminação racial. No mesmo ano, tiveram início programas de ações afirmativas em alguns ministérios (Desenvolvimento Agrário, Cultura e Justiça) que, apesar

---

<sup>3</sup> Para um breve histórico de algumas dessas articulações, anteriores e posteriores à redemocratização propriamente dita, cf. JACCOUD (2009), SANTOS (2012) e RIBEIRO (2014).

de seus limitados resultados, destacam-se como as primeiras experiências realizadas no campo por órgãos públicos no país (JACCOUD, 2009, p. 36).

Em 2003, já no governo Lula, uma resposta mais efetiva às demandas históricas do movimento negro começa a toma corpo sob a forma de duas inovações institucionais significativas no que se refere à promoção da igualdade racial (cf. JACCOUD, 2009, p. 37). Em primeiro lugar, a instituição da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), com *status* de ministério e tendo como objetivo formular e coordenar as políticas para a promoção da igualdade racial e articular as ações do governo federal de combate à discriminação racial (RIBEIRO, 2014, p. 233). Em segundo lugar, a criação do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR), órgão colegiado de caráter consultivo vinculado à Seppir, que tem como missão propor políticas de combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação e de promoção da igualdade racial.

A Lei 10.639/03 é sancionada neste contexto, embora as ideias-chave que lhe dão substância – a necessidade de modificação dos currículos e das práticas pedagógicas de modo a dirimir os preconceitos e estereótipos concernentes à cultura afro-brasileira, através sobretudo do estudo da história da África e dos negros no Brasil – não sejam novas, estando já de certa forma sistematizadas desde a criação do Movimento Negro Unificado, como atestam as intervenções do movimento na Constituinte (1986), no Centenário da Abolição (1988) e na Marcha Zumbi dos Palmares (1995) (cf. MOURA, BRAGA & SOARES, 2009).

Sua redação é sucinta, apontando para alterações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o que não a impede de ser, “até o presente momento, o instrumento que melhor sintetiza as propostas do movimento negro pela inclusão da história africana e afro-brasileira nos currículos escolares” (MOURA, BRAGA & SOARES, 2009, p. 98):

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 [a LDB], passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§3º (VETADO)

Art. 79-A. (VETADO)

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.

Na esteira da sanção da lei, o Conselho Nacional de Educação elabora o Parecer 03/2204, de 10/03/2004, homologado no mesmo ano, e estabelece assim as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Elas se destinam

aos administradores dos sistemas de ensino, de mantenedoras de estabelecimentos de ensino, aos estabelecimentos de ensino, seus professores e a todos implicados na elaboração, execução, avaliação de programas de interesse educacional, de planos institucionais, pedagógicos e de ensino. Destina-se, também, às famílias dos estudantes, a eles próprios e a todos os cidadãos comprometidos com a educação dos brasileiros, para nele buscarem orientações, quando pretenderem dialogar com os sistemas de ensino, escolas e educadores, no que diz respeito às relações étnico-raciais, ao reconhecimento e valorização da história e cultura dos afro-brasileiros, à diversidade da nação brasileira, ao igual direito à educação de qualidade, isto é, não apenas direito ao estudo, mas também à formação para a cidadania responsável pela construção de uma sociedade justa e democrática (BRASIL, 2004, p. 10).

Construído a partir de contribuições coletivas<sup>4</sup>, o parecer não só aponta os antecedentes legais pertinentes à questão da educação das relações étnico-raciais, como elabora, nas suas breves páginas, uma releitura conceitual e histórica de tais relações no Brasil. É essa releitura que nos interessa, e que passamos a analisar a seguir.

## **2. Brasil, nação multicultural e pluriétnica**

Nós partimos aqui, baseados em Stuart Hall (1996, p. 613<sup>5</sup>) da noção de “identidade nacional” como um conjunto de “significados sobre ‘a nação’ com os quais nós podemos nos *identificar*”. Significados contingentes, historicamente particulares, que estariam contidos nas histórias, no folclore, nas memórias que conectam o presente e o passado da nação, nas imagens que são construídas sobre ela. Assim concebida, a identidade nacional pode ser vista como *discurso*.

---

<sup>4</sup>Segundo o texto das Diretrizes, para a elaboração do parecer “foi feita consulta sobre as questões objeto deste parecer, por meio de questionário encaminhado a grupos do Movimento Negro, a militantes individualmente, aos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação, a professores que vêm desenvolvendo trabalhos que abordam a questão racial, a pais de alunos, enfim a cidadãos empenhados com a construção de uma sociedade justa, independentemente de seu pertencimento racial. Encaminharam-se em torno de mil questionários e o responderam individualmente ou em grupo 250 mulheres e homens, entre crianças e adultos, com diferentes níveis de escolarização. Suas respostas mostraram a importância de se tratarem problemas, dificuldades, dúvidas, antes mesmo de o parecer traçar orientações, indicações, normas” (BRASIL, 2004, p. 10).

<sup>5</sup> As traduções de textos em idiomas estrangeiros são de nossa responsabilidade.

A ideia de uma comunidade nacional específica se torna realidade no reino das convicções e das crenças através de discursos continuamente lançados por políticos, intelectuais e pela mídia, e disseminados através dos sistemas de educação, dos meios de comunicação, militares, bem como através de eventos esportivos (DE CILLIA *et al*, 1999, p. 153).

É nesse sentido que estamos, sempre, nos referindo a *discursos de identidade nacional*, e não a essa identidade concebida como uma suposta essência eterna e imutável. Tais identidades podem ser discursivamente construídas, reproduzidas e transformadas (DE CILLIA *et al*, 1999, p. 153), e conformam a *narrativa da nação*, da forma como é recontada nas histórias, na literatura, na escola, na mídia e na cultura popular. Elas fornecem uma série de imagens, panoramas, cenários, eventos históricos, símbolos que representam as experiências partilhadas que dão significado à nação: “Como membros de tal ‘comunidade imaginada’, nós nos vemos partilhando desta narrativa. Ela dá significado e importância à nossa monótona existência, conectando nossa vida cotidiana com um destino nacional que preexiste a nós e que viverá mais que nós” (HALL, 1996, p. 614).

Segundo Hall, tais estratégias costumam enfatizar as origens, a continuidade, a tradição e a intemporalidade da nação. A identidade nacional é, assim, usualmente *representada* como uma essência primordial que, portanto, permanece inalterada através das vicissitudes da história. Ela é (discursivamente) unificada, contínua e eterna. E daí usualmente se fundamentar em alguma espécie de *mito fundador*:

Um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo. (...) Diferentemente da formação, a *fundação* se refere a um momento passado imaginário, tido como instante originário que se mantém vivo e presente no curso do tempo, isto é, a fundação visa a algo tido como perene (quase eterno) que traveja e sustenta o curso temporal e lhe dá sentido. A fundação pretende situar-se além do tempo, fora da história, num presente que não cessa nunca sob a multiplicidade de formas ou aspectos que pode tomar (CHAUI, 2010, p. 9-10).

Assim, um modo inicial de perscrutar os discursos de identidade nacional no Brasil é questionar qual seria seu “mito fundador”. E nesse sentido a principal referência (que não implica um pioneirismo na questão) é certamente a figura de Gilberto Freyre. Ao mesmo tempo em que sua obra reforça o fenômeno da mestiçagem como a marca essencial do processo de formação da sociedade e da cultura brasileiras, ele valoriza – frente à ideia corrente entre as elites intelectuais e políticas do final do século XIX e início do XX, acerca da degenerescência da nação mestiça brasileira – as contribuições culturais das diferentes raças para a constituição do Brasil. Nesse sentido, *Casa-Grande e Senzala*,

ao descrever como exitoso o processo de formação nacional apoiado não numa base racial homogênea, mas na constituição de uma cultura nacional, uma brasilidade mestiça, mas orgânica e unitária, pode ser lido como momento fundamental do movimento de “construção narrativa” da nação brasileira (COSTA, 2001, p. 146).

A influência política e intelectual de Freyre, tão significativa na redefinição dos traços identitários da nação brasileira – segundo Ortiz (2006, p. 42), “Gilberto Freyre oferece ao brasileiro uma carteira de identidade” –, resulta no reavivamento, e definitiva consolidação, daquilo que DaMatta (1987, p. 58) denomina de “fábula das três raças”. É este o “mito originário da sociedade brasileira” (MUNANGA, 1999, p. 79), que apresenta a formação da nação como marcada pelo encontro harmonioso de brancos, índios e negros, a partir do qual cada um teria contribuído com seu “cadinho” para a formação desse todo cultural sincrético que é o Brasil.

Considerada de modo geral, a formação brasileira tem sido, na verdade, (...) um processo de equilíbrio de antagonismos. Antagonismos de economia e de cultura. A cultura europeia e a indígena. A europeia e a africana. A africana e a indígena (...) É verdade que agindo sempre, entre tantos antagonismos contundentes, amortecendo-lhes o choque ou harmonizando-os, condições de confraternização e de mobilidade social peculiares ao Brasil: a miscigenação... (FREYRE, 2006, p. 116-117).

Esse mito fundador está na base do que Costa (2001, p. 149) denomina de “ideologia da mestiçagem”, encampada a partir de então pelo Estado brasileiro e sagrando-se hegemônica ao menos até o fim da ditadura civil-militar. Esta “ideologia de Estado” (para usar a expressão do autor) teria preservado um núcleo de características inalteradas, a despeito das variações impostas pelos constrangimentos políticos próprios a cada época histórica: em primeiro lugar, a intervenção estatal no campo da cultura baseava-se num conceito essencialista de “brasilidade”; segundo, essa “brasilidade” se apresentava como uma *identidade mestiça não étnica*, capaz de assimilar todas as outras representações étnicas; por fim, a ideia de raça é, nessa perspectiva, desqualificada enquanto instrumento dos discursos políticos públicos, ainda que continue orientando a ação e as hierarquizações estabelecidas pelos agentes sociais, cotidianamente.

As DCN apresentam críticas justamente a esses aspectos. Em primeiro lugar, o documento questiona a noção de uma cultura nacional sincrética, incorporadora das diferenças numa síntese original, como fundamento da nação. A busca de construção de uma “cultura negra” assentada na valorização de expressões associadas à uma matriz cultural africana aponta para tentativas de “ruptura da homogeneidade construída simbolicamente pela política

da mestiçagem, como se se tratasse de dissociar os grupos socioculturais fundidos na simbologia da nação mestiça” (COSTA, 2001, p. 150).

Ao contrário, por exemplo, do período do Estado Novo, em que aspectos do que hoje consideramos uma “cultura afro-brasileira” – como a capoeira e o samba – eram incorporados enquanto elementos constitutivos da nacionalidade no Brasil; os movimentos negros atuais reivindicam não uma integração pura e simples na identidade nacional, numa assimilação que implicaria a dissolução das suas particularidades, e sim o destaque das suas raízes culturais africanas e consequentemente a valorização de identidades étnicas particulares em detrimento da pertença “nacional”. Ou seja,

os processos que ocorrem no contexto brasileiro contemporâneo são antes caracterizados pelo esforço de diferenciação e afirmação das particularidades culturais que pela fusão cultural. Trata-se do esforço político de separar as diversas partes daquilo que, na esteira da constituição da nação, se construiu como cultura nacional mestiça (COSTA, 2001, p. 154).

Nas Diretrizes, essa visão parte do reconhecimento de que a “sociedade é formada por pessoas que pertencem a grupos étnico-raciais distintos, que possuem cultura e história próprias, igualmente valiosas e que em conjunto constroem, na nação brasileira, sua história” (BRASIL, 2004, p. 18). Assim, as DCN mencionam a necessidade de “valorização do patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro”, de valorizar a “diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira” (BRASIL, 2004, p. 11), de “respeito às pessoas negras, à sua descendência africana, sua cultura e história” (BRASIL, 2004, p. 12).

Frente à persistência de um “imaginário étnico-racial que privilegia a brancura e valoriza principalmente as raízes européias da sua cultura, ignorando ou pouco valorizando as outras, que são a indígena, a africana, a asiática” (BRASIL, 2004, p. 14), as Diretrizes apontam a necessidade de superar o etnocentrismo europeu. Mas ressaltam:

É importante destacar que não se trata de mudar um foco etnocêntrico marcadamente de raiz européia por um africano, mas de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira. Nesta perspectiva, cabe às escolas incluir no contexto dos estudos e atividades, que proporciona diariamente, também as contribuições histórico-culturais dos povos indígenas e dos descendentes de asiáticos, além das de raiz africana e europeia (BRASIL, 2004, p. 17).

A ideia de “cultura e história próprias” relativas à população negra (e indígena) é justamente o que a ideologia da mestiçagem sempre buscou negar, na medida em que se construiu discursivamente um suposto “sincretismo” da cultura brasileira. Não à toa, portanto,



uma boa parte das Diretrizes dedica-se a enfatizar a contribuição cultural da população negra para a formação nacional brasileira. O texto das Diretrizes, nesse sentido, parece reconhecer como essas concepções de uma suposta “brasilidade” sempre dificultaram a construção de identidades étnicas particulares e, conseqüentemente, a articulação de demandas políticas com base em tais identidades<sup>6</sup>.

O reconhecimento de identidades étnicas particulares implica o reconhecimento de que a suposta cultura única brasileira apenas se construiu com base na negação violenta dessas identidades. A harmonia pretendida era, portanto, apenas artifício retórico – ou “mito”, como prefere o vocabulário político recente do movimento negro. Nesse sentido, o texto das Diretrizes atribui aos estabelecimentos de ensino a responsabilidade de “acabar com o modo falso e reduzido de tratar a contribuição dos africanos escravizados e de seus descendentes para a construção da nação brasileira” e de “fiscalizar para que, no seu interior, os alunos negros deixem de sofrer os primeiros e continuados atos de racismo de que são vítimas” (BRASIL, 2004, p. 18).

Em segundo lugar, no discurso de nação construído pelas Diretrizes, a ideia de raça é revitalizada como chave explicativa das desigualdades no Brasil. Aqui, evidentemente, a disputa discursiva é com a velha noção de “raça” de raízes biológicas, que orientou a construção das teorias racistas na Europa e no Brasil até o início do século XX.

Especialmente a partir da década de 1870, o cruzamento das raças passa a ser entendido como uma questão central para a compreensão dos destinos da nação. Influenciados pelas teorias raciais europeias – especialmente as de Arthur de Gobineau, Friedrich Ratzel e Thomas Buckle (cf. SCHWARCZ, 1993; COSTA, 2006) –, intelectuais como Silvio Romero e Nina Rodrigues viam a mestiçagem como crucial para explicar o atraso ou uma possível inviabilidade da nação no Brasil.

Por um lado, as teorias raciais europeias ajudarão a conformar uma interpretação “pessimista” da sociedade brasileira, em que se destacava a inviabilidade e a degenerescência

---

<sup>6</sup>Conforme Munanga (1999, p. 124) apontava, algumas décadas atrás: a “divergência sobre a sua ‘autodefinição’, observada entre os afros politicamente mobilizados através dos movimentos negros de um lado, e as bases negras constituindo a maioria não mobilizada, de outro lado, configura o nó do problema na formação da identidade coletiva do negro. Como formar uma identidade em torno da cor e da negritude não assumidas pela maioria cujo futuro foi projetado no sonho do branqueamento?”. E encerra: “Se a mestiçagem representou o caminho para nivelar todas as diferenças étnicas, raciais e culturais que prejudicavam a construção do povo brasileiro, se ela pavimentou o caminho não acabado do branqueamento, ela ficou e marcou significativamente o inconsciente e o imaginário coletivo do povo brasileiro. O universalismo tão combatido pelos movimentos negros contemporâneos se recupera justamente através da mestiçagem e da ideia do sincretismo sempre presentes na retórica oficial” (MUNANGA, 1999, p. 126).

de uma nação composta por raças mistas, a composição étnica e racial do Brasil tornando-o um “modelo da falta e do atraso” (cf. SCHWARCZ, 1993, p. 48; SOARES, 2011, p. 101). Por outro lado, ao mesmo tempo em que apontava para uma possível inviabilidade da nação, a mestiçagem era alçada ao posto de processo redentor: era através dela que se poderia anular a superioridade numérica do negro, jogando para o futuro o sonho de uma nação completamente branca (cf. MUNANGA, 1999, p. 52-53).

A ideia da mestiçagem traduzia, ao mesmo tempo, nossa realidade racialmente inferiorizada e nossa possibilidade de construção nacional futura. A nação brasileira não era, portanto, uma realidade presente, mas uma meta, uma utopia a ser realizada no futuro, quando da concretização do processo de branqueamento da sociedade. E, apesar de o processo de branqueamento físico da sociedade ter fracassado, “seu ideal inculcado através de mecanismos psicológicos ficou intacto no inconsciente coletivo brasileiro...” (MUNANGA, 1999, p. 16).

Foi esse ideal de branqueamento que orientou, segundo Ricardo Costa (2010, p. 6-7), a construção de uma identidade nacional baseada na herança cultural europeia, que nega qualquer possibilidade de se pensar em alguma identidade alternativa, fundamentada por exemplo em heranças culturais de origem africana ou mesmo indígenas. O que é revelador do papel reservado à alteridade nesses primeiros discursos acerca da identidade nacional no Brasil.

Na medida em que os processos iniciais de constituição da nação brasileira são coetâneos à escravidão e à entrada maciça de imigrantes no país e, mais tarde, à abolição da escravatura e à difusão das teses do racismo científico, os mecanismos de constituição do “outro” da nação brasileira apresentam peculiaridades diversas. A mais evidente é que o outro ou os outros da nação não eram, na maior parte dos casos, grupos situados fora das fronteiras geográficas do país. Esse lugar de “outro” da nação foi ocupado por grupos que compartilhavam do território nacional. Em acordo com os cânones do racismo científico, atribuía-se, ora aos indígenas, ora aos afro-descendentes, ora aqueles identificados como mestiços uma inferioridade intelectual inata e, portanto, uma incapacidade imutável para fazer parte da nação progressista e moderna que se queria construir (COSTA, 2006, p. 134).

Subjacente a toda a discussão acerca da mestiçagem e da identidade nacional, do final do século XIX até a segunda metade do século XX, está uma concepção de raça que, assentada nos cânones científicos de então, hierarquiza os seres humanos e as sociedades com base em características fenotípicas. A conhecida correlação entre raça e características morais é o pressuposto fundamental dos discursos sobre identidade nacional nesse período, com evidente prejuízo para a população afrodescendente.

É certo que a partir da década de 1930, sobretudo com a obra de Freyre, temos uma aparente releitura positiva da mestiçagem, em que se valorizam elementos culturais de origem africana como parte da dita cultura nacional. No entanto, justamente por enfatizar uma noção homogênea de nacionalidade, de “brasilidade”, nessa perspectiva a categoria “raça” não está incluída no discurso de identidade nacional, na medida em que a nossa mestiçagem é a tal ponto englobadora que impossibilita a delimitação, no seio da população, de particularidades étnico-raciais. Ela seria, no limite, negadora daquilo que particularizaria o Brasil enquanto nação.

Frente a esses padrões discursivos, a mudança operada pelas DCN é dupla. Pois elas não só reabilitam a noção de raça enquanto elemento explicativo da formação da sociedade brasileira, como a revestem de importância como elemento mobilizador de reivindicações políticas. Trata-se, no entanto, de um conceito de raça completamente distinto daquele adotado seja pelos teóricos do final do século XIX no Brasil, seja pela perspectiva “culturalista” de Freyre. A noção de raça empregada pelas Diretrizes é o que se convencionou denominar de “conceito sociológico” de raça.

É importante destacar que se entende por raça a construção social forjada nas tensas relações entre brancos e negros, muitas vezes simuladas como harmoniosas, nada tendo a ver com o conceito biológico de raça cunhado no século XVIII e hoje sobejamente superado. Cabe esclarecer que o termo raça é utilizado com frequência nas relações sociais brasileiras, para informar como determinadas características físicas, como cor de pele, tipo de cabelo, entre outras, influenciam, interferem e até mesmo determinam o destino e o lugar social dos sujeitos no interior da sociedade brasileira (BRASIL, 2004, p. 13).

A “raça”, portanto, não remete aqui às concepções biológicas já referidas, mas a uma espécie de marcador social que orienta nossas relações cotidianas. Estão distantes dessa compreensão os pressupostos de que características físicas implicariam naturalmente – biologicamente – determinadas disposições cognitivas, morais, estéticas etc. A ideia-base é que uma percepção social de raça desempenha fator primordial na construção de hierarquias, estimulando portanto o desenvolvimento e o reforço de noções preconceituosas e de atitudes discriminatórias.

Não se trata de uma ideia completamente inédita. Pelo contrário, é a definição que a Sociologia vem adotando nas últimas décadas e que Guimarães (2012, p. 47) entende como “conceito analítico” de raça. Adotada também pelo movimento negro, sobretudo a partir da sua reorganização no processo de redemocratização (cf. DOMINGUES, 2008), dois pressupostos essenciais orientam essa concepção. De um lado, o reconhecimento de que não

existem raças biológicas, conforme concebiam as teorias racistas do século XIX no Brasil; de outro, de que a “raça” tem existência nominal, efetiva e eficaz apenas no mundo social e, portanto, somente no mundo social pode ter realidade plena (cf. GUIMARÃES, 2012, p. 50).

Para o movimento negro, construir suas reivindicações políticas pressupondo esta noção de raça foi um modo de conseguir mostrar não só como as desigualdades sociais no Brasil possuíam um evidente fundo racial, mas também como as violências discriminatórias cotidianas, sofridas pela parcela negra da população, estão fundadas numa ideia socialmente percebida de raça (cf. GOMES, 2005, p. 45). A discriminação racial e o racismo existentes na sociedade brasileira se dão não apenas devido aos aspectos culturais dos representantes de diversos grupos étnico-raciais, mas também devido à relação que se faz na nossa sociedade entre esses e os aspectos físicos observáveis na estética corporal dos pertencentes às mesmas.

Sendo assim,

“raça” é não apenas uma categoria política necessária para organizar a resistência ao racismo no Brasil, mas é também categoria analítica indispensável: a única que revela que as discriminações e desigualdades que a noção brasileira de “cor” enseja são efetivamente raciais e não apenas de “classe” (GUIMARÃES, 2012, p. 50).

É notório que apenas a partir desse pressuposto as Diretrizes podem falar em desencadear um processo de afirmação de identidades étnico-raciais particulares. Identidade concebida não como algo inato, mas como um recurso para a criação de um *nós* coletivo, um “fator importante na criação de redes de relações e de referências culturais dos grupos sociais” (GOMES, 2009, p. 41). É nesse sentido que ela aponta os perigos e equívocos quanto a uma identidade humana universal, na medida em que essa concepção dificultaria a percepção de violências que apenas a população negra está sujeita.

Em conjunto, os dois aspectos analisados – uma suposta cultura unificada, a “unidade da diversidade” (COSTA, 2001, p. 146) como fundamento da nação, e a negação da raça enquanto operador social e político – estão na base do que pode ser considerada a principal característica dos discursos ainda hegemônicos acerca da identidade nacional no Brasil: a noção de “democracia racial”.

Sobejamente conhecida, a expressão é, contudo, menos clara do que aparenta. Guimarães (2012, p. 137-177), por exemplo, conseguiu registrar cerca de sete usos diferentes dela. Mas o que nos interessa, nesse momento, é menos buscar uma precisão conceitual da expressão, e mais compreender o sentido com o qual ela adentrou os discursos mais frequentes acerca da identidade nacional no Brasil.

Aparenta ser um relativo consenso entre os analistas de que o seu significado, neste particular, é aquele mais imediatamente acessível ao senso comum: o de que estariam ausentes da formação social brasileira, bem como das relações sociais contemporâneas, o conflito racial inerente à má distribuição dos recursos sociais. Não só, no Brasil, todas as pessoas teriam a mesma possibilidade de ascensão social, independentemente da sua pertença étnico-racial, como não poderíamos sequer distinguir as pessoas a partir de características raciais, dado que somos um povo mestiço e negar esse fato seria incorrer numa espécie de racismo ao contrário.

Evidentemente que entram, nessa definição, não só as conhecidas imagens do Brasil como “paraíso racial”, que estiveram na concepção da famosa pesquisa da Unesco sobre relações raciais na década de 1950 (MAIO, 1999) como, mais uma vez, nega-se relevância (analítica e política) à categoria de “raça”. Nessa perspectiva, tematizar as relações raciais, “reconhecer a idéia de raça e promover qualquer ação anti-racista baseada nessa idéia é interpretado como racismo” (SALES JR, 2006, p. 251).

É justamente esta compreensão da “democracia racial” que será ressignificada como “mito”, orientando assim a prática e a retórica do movimento negro a partir do final do século XX(cf. COSTA, 2006, p. 144). Fundamentam esta releitura trabalhos de intelectuais e ativistas como Florestan Fernandes (cf. PORTELA JR; SOARES, 2015), Abdias do Nascimento e Lélia González, que no conjunto contribuem para mostrar como esta concepção equivocada das relações raciais brasileiras têm dificultado o combate às desigualdades raciais e ao próprio racismo, na medida em que negam sistematicamente a sua existência ou relevância.

Não se pode exagerar a importância dessa releitura, e como ela perpassa todas as ações do movimento negro a partir de então, e subsequentemente se inscreve nas políticas de igualdade racial. Porque, do ponto de vista que nos interessa, o que tal problematização da noção de “democracia racial” significa é o deslocamento – retórico e político – da pedra angular do discurso tradicional acerca da identidade nacional brasileira, que passa a ser vista como mecanismo essencial para a sustentação cotidiana de um *status quo* injusto.

Tal deslocamento discursivo é um objetivo explícito das Diretrizes, que colocam a necessidade de a educação das relações étnico-raciais

desconstruir o mito da democracia racial na sociedade brasileira; mito este que difunde a crença de que, se os negros não atingem os mesmos patamares que os não

negros, é por falta de competência ou de interesse, desconsiderando as desigualdades seculares que a estrutura social hierárquica cria com prejuízos para os negros (BRASIL, 2004, p. 12).

Desconstrução que, “por meio de questionamentos e análises críticas”, objetiva “eliminar conceitos, idéias, comportamentos veiculados pela ideologia do branqueamento, pelo mito da democracia racial, que tanto mal fazem a negros e brancos” (BRASIL, 2004, p. 19).

Assim, ao erigir a crítica ao “mito da democracia racial” como sua principal bandeira política no bojo do processo de redemocratização, o movimento negro vai elaborar as bases de uma nova narrativa da constituição do Brasil como nação. Os discursos então emergentes destacarão a condição estrutural do racismo na sociedade brasileira, bem como a persistência de mecanismos que buscam negar a sua existência. No conjunto, tratam-se de transformações que, nas últimas décadas, “fizeram com que a nação brasileira, monocultural em sua festejada mestiçagem, se transformasse numa sociedade extremamente plural e diversa” (COSTA, 2006, p. 133).

O fundamento deste novo discurso parece estar em equacionar “democracia” com o reconhecimento de identidades (e direitos, consequentemente) étnico-raciais particulares. E não se ancora justamente nesta ideia-chave o objetivo da Lei 10.639/03? Vejamos:

[O parecer propõe a] divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial – descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada (BRASIL, 2004, p. 10).

A relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringe à população negra, ao contrário, diz respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática (BRASIL, 2004, p. 17).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africanas constituem-se de orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da Educação, e têm por meta, promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação democrática (BRASIL, 2004, p. 31).

Na explicitação destes objetivos opera definitivamente a mudança significativa do discurso de identidade nacional. Deixando de lado as antigas (embora ainda presentes) visões do Brasil como “nação mestiça”, as Diretrizes apontam para o reconhecimento do Brasil como “país multicultural e pluriétnico”, fundado sim num encontro de raças e etnias diversas,

mas num processo violentador de direitos e identidades. Enseja-se, portanto, uma nova concepção do Brasil enquanto nação, a qual caberia à educação ajudar a difundir e problematizar para as futuras gerações.

### **3. A nação em disputa<sup>7</sup>**

Como já mencionado, talvez a maior novidade histórica desses discursos, que problematizam noções consolidadas da nossa identidade nacional, esteja no fato de terem conseguido se institucionalizar no seio do Estado brasileiro, garantindo assim o suporte necessário para a publicização e discussão coletiva desta nova imagem identitária do Brasil. Parece estar em operação “uma política oficial de reconhecimento e mesmo promoção das diferenças culturais”, em lugar de uma estratégia de assimilação pura e simples (COSTA, 2001, p. 150), como predominava antigamente.

As reformas constitucionais recentes na América Latina [na transição para regimes democráticos], (...) no que toca às identidades raciais, trouxeram como novidade a concepção de sociedades e nações pluriétnicas e multiculturais. Tais constituições submergiram, assim, o ideal fundador de nações mestiças e culturalmente homogêneas, vistas como produto da miscigenação biológica e cultural entre europeus, indígenas americanos e africanos, ideal cuidadosa e trabalhosamente gestado desde as guerras de independência do século XIX (GUIMARÃES, 2006, p. 273).

Com o arcabouço institucional capaz de referendar possíveis novas construções discursivas da identidade nacional, poderíamos em princípio referendar a hipótese de que “a mestiçagem, como ideologia de Estado, deixa de existir no Brasil contemporâneo, verificando-se que elementos essenciais desse construto político são crescentemente colocados em questão” (COSTA, 2001, p. 149). No entanto, ainda que reconheçamos que a busca da afirmação de identidades particulares assume a forma da construção de políticas públicas sensíveis à diferença, no Brasil contemporâneo, não podemos nem desconsiderar que o próprio Estado pode ser ambíguo e contraditório em torno das representações que constrói acerca das relações raciais – veja-se, por exemplo, a reafirmação do discurso do encontro harmonioso das três raças como elemento fundante da nação nas comemorações oficiais dos

---

<sup>7</sup> Parte das reflexões contidas neste tópico foram publicadas nos anais do XI Seminário Racismo e Educação e X Seminário Gênero, Raça e Etnia, promovidos pelo NEAB da Universidade Federal de Uberlândia em 2015.

“500 anos de descobrimento” (cf. SILVA, 2003) – nem que as próprias políticas de promoção da igualdade racial se deparam com fortes reações sociais à sua implementação.

Se as políticas de promoção da igualdade racial colocam em cena novas visões sobre a formação da sociedade brasileira, as contraposições a elas, à primeira vista, apontam para uma recuperação, ainda que renovada, de noções associadas a uma identidade calcada numa mestiçagem supostamente harmoniosa e englobadora das diferenças.

Em alguns discursos, as políticas de promoção da igualdade racial aparecem como confrontando diretamente o discurso da mestiçagem harmoniosa, integracionista e unificadora. Nessa perspectiva, tais políticas colocariam em cena novas formas de representação da nação, fundamentadas sobretudo no reconhecimento do racismo e das desigualdades raciais no país e na contestação do ideário da democracia racial (MOYA e SILVÉRIO, 2009, p. 240).

O significado político-simbólico das medidas de ação afirmativa é óbvio. Enquanto outros tipos de política anti-racista adotados até então (promoção da cultura afro-brasileira, leis anti-racistas, etc.) apresentavam-se como corretivos do modelo estabelecido, sem confrontar diretamente o discurso da mestiçagem tolerante, as políticas de ação afirmativa implicam admitir que afro-descendentes foram sistematicamente desfavorecidos, e mais, implicam o reconhecimento de que não há saída possível para combater o racismo no interior da gramática que apresenta a nação como “cadinho das raças” (COSTA, 2006a, p. 150).

No entanto, em contraposição, é possível observar um “movimento ideológico que tenta reajustar os sentidos preferenciais dos códigos nacionais brasileiros” (MOYA e SILVÉRIO, 2009, p. 241) ao combater a legitimidade dos pressupostos teóricos e políticos que discutimos no caso das Diretrizes. Nesse processo, os críticos das políticas de promoção da igualdade racial aparentemente tendem a resgatar valores associados com a antiga “ideologia da mestiçagem”, buscando mostrar que o Brasil possui uma história de assimilação de todos os grupos culturais e raciais, assim como uma cultura inclusiva que não admite representações polares do tipo branco/preto. “Esforços no sentido de deslegitimar a demanda por ações positivas do Estado vêm se reproduzindo, reafirmando o mito de que o Brasil não presencia nenhum problema no campo das relações raciais” (JACCOUD, 2009, p. 91).

Para Ricardo Costa (2010, p. 15), “os ferozes ataques desferidos por intelectuais acadêmicos, jornalistas e outros cidadãos às políticas de promoção da igualdade racial, através do Estado, se traduzem, no fundo, como *uma recuperação, em pleno século XXI, do mito da democracia racial...*” (grifos no original). Enfatiza-se, nesses discursos, o medo de perda da



suposta harmonia prevalecente nas relações raciais brasileiras. Congela-se a identidade nacional num todo coerente e livre de quaisquer condicionantes históricos.

Exclui-se, assim, qualquer possibilidade de que a identidade nacional brasileira seja renegociada a partir de discussões e proposições que questionam o modo pelo qual a nossa unidade mestiça foi arquitetada de maneira prejudicial aos grupos étnicos, raciais e regionais subalternos de nosso território (MOYA e SILVÉRIO, 2009, p. 243-244).

Há, portanto, discursos de identidade nacional em disputa no Brasil contemporâneo, reforçando ou problematizando noções já consolidadas no senso comum. As recentes políticas de igualdade racial se inserem no segundo grupo, como buscamos mostrar a partir da análise das Diretrizes oriundas da Lei 10.639/03. Mas o simples fato do discurso de identidade nacional que se depreende de tais políticas não gozar ainda de plena hegemonia no debate público mostra a importância da delimitação precisa dos termos em debate, necessária que a discussão política se desenvolva em terreno mais profícuo – para o que este trabalho buscou dar uma contribuição inicial.

## **Referências**

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, SECADI, 2004.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

COSTA, Sérgio. A mestiçagem e seus contrários: etnicidade e nacionalidade no Brasil contemporâneo. **Tempo Social**, São Paulo, 13 (1), p. 143-158, 2001.

\_\_\_\_\_. **Dois Atlânticos**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

COSTA, Ricardo Cesar Rocha da. O pensamento social brasileiro e a questão racial: da ideologia do “branqueamento” às “divisões perigosas”. **Revista África e Africanidades**, ano 3, n. 10, 2010.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

DE CILLIA, Rudolf; REISIGL, Martin; WODAK, Ruth. The discursive construction of national identities. **Discourse & Society**, London, v. 10 (2), p. 149-173, 1999.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos. **Dimensões**, v. 21, n. 103, 2008, p. 101-124.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. São Paulo: Global, 2006.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. Depois da democracia racial. **Tempo Social**, revista de Sociologia da USP, v. 18, n. 2, p. 269-287, 2006.

\_\_\_\_\_. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2012.

HALL, Stuart. The question of cultural identity. In: HALL, Stuart; HELD, David *et al.* **Modernity**: an introduction to modern societies. Oxford: Blackwell Publishers, 1996.

JACCOUD, Luciana (Org.). **A construção de uma política de promoção da igualdade racial**: uma análise dos últimos 20 anos. Brasília: Ipea, 2009.

MACIEL, Fabricio. **O Brasil-nação como ideologia**: a construção retórica e sociopolítica da identidade nacional. São Paulo: Annablume, 2007.

MAIO, Marcos Chor. O projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 14, n. 41, 1999, p. 142-158.

MOURA, Ana Carolina; BRAGA, Maria Lúcia de Santana; SOARES, Eliane Veras. A Lei 10.639/03: da luta política à implementação. **Agenda Social**, Campo dos Goytacazes, v. 3, n. 2, 2009, p. 78-120.

MOYA, Thais Santos; SILVÉRIO, Valter Roberto. Ação afirmativa e raça no Brasil contemporâneo: um debate sobre a redefinição simbólica da nação. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 235-250, 2009.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional *versus* identidade negra. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PORTELA JR, Aristeu; SOARES, Eliane Veras. Dilema racial, nação e “brasilidade”. In: CEPÊDA, Vera Alves; MAZUCATO, Thiago (Org.). **Florestan Fernandes, 20 anos depois**: um exercício de memória. São Carlos: Ideias, Intelectuais e Instituições: UFSCar, 2015. p. 159-176.

RIBEIRO, Matilde. **Políticas de promoção da igualdade racial no Brasil (1986-2010)**. Rio de Janeiro: Garamound, 2014.

SALES JR, Ronaldo. Democracia racial: o não-dito racista. **Tempo social**, v. 18, n. 2, p.229-258, 2006.

SANTOS, Marcio André de O. **Políticas raciais comparadas: movimentos negros e Estado no Brasil e Colômbia (1991-2006)**. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto de Estudos Sociais e Políticos, UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

## **Anais do I Seminário Nacional de Sociologia da UFS**

27 a 29 de abril de 2016

Programa de Pós Graduação em Sociologia – PPGS

Universidade Federal de Sergipe – UFS

ISSN:

---

SILVA, Kelly Cristiane. A nação cordial: uma análise dos rituais e das ideologias oficiais de “comemoração dos 500 anos do Brasil”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 141-194, 2003.

SOARES, Eliane Veras. Literatura e estruturas de sentimento: fluxos entre Brasil e África. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 26, p. 95-112, 2011.